

Carta Aberta a D. João Lavrador, Bispo de Viana do Castelo

Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo da Diocese de Viana do Castelo, Sr. D. João Lavrador, assumir a liderança é tomar decisões e assumir essas mesmas decisões.

Lamentamos o facto de até ao momento apenas tenha sido enviado um “bilhete”, e o sr. Bispo ainda não se ter deslocado às nossas paróquias para explicar todo o processo, a decisão tomada, bem como o nosso futuro pastoral.

Quando apelamos à união da família, à humanidade, à entreatada, ao apoio ao outro, à preocupação com a sociedade e com o vizinho, quando pedimos para não julgar, para promover a concórdia e a solidariedade, não tomamos em linha de conta que todos estes valores caíram por terra no passado dia 23 de janeiro com a emissão de um comunicado condenatório e pouco esclarecedor.

O comunicado fala em abuso sexual de menores. Ora, importava clarificar que se trata apenas e só, da lei canónica, e é neste campo que o pároco será julgado no tribunal eclesiástico.

Importa esclarecer que tratando-se de uma relação consentida, a partir dos 14 anos, civilmente, não é punível.

Ninguém se preocupou em esclarecer e separar a parte canónica, do civil; preferiram acusar logo o sacerdote de pedófilo. Mais ainda, referem que o pároco, confirmou os abusos. Outro erro crasso. O sacerdote, ao que se sabe confirmou os factos e não os abusos.

O código penal é claro no ponto 1 do artigo 171 “Abuso sexual de crianças”.

Reverendíssimo Bispo, alguém se lembrou que este jovem e este padre têm família? Alguém se lembrou que são duas vidas completamente destruídas e julgadas em praça pública?

Ninguém defende, que nada deveria ser feito. Se o Pároco tem sido suspenso e o processo decorresse internamente, o efeito prático seria o mesmo, mas sem esta crucificação pública.

Não se perdeu tempo em apontar o dedo e deixar crucificar, achincalhar, julgar e condenar um ser humano em praça pública, sabendo que houve um pecado e que há confirmação do ato.

É de lamentar, quando queremos evoluir acompanhando a modernidade exigida, mas quando se trata de homofobia, ainda queremos ser tradicionais.

Será que este caso isolado, como se consta, foi caso único por estes lados? O jovem só está em pecado e permite-lhe poder continuar a vida religiosa? Haveria ligação destes jovens a outros sacerdotes? Seriam as mensagens e fotografias enviadas por iniciativa própria, ou algum sacerdote ou uma terceira pessoa foi retirar essas informações ao telemóvel do jovem? Não temos aqui abuso de bens pessoais?

Tanto esclarecimento para uma parte, mas ambíguo para outra. Faltam aqui esclarecimentos que nunca foram dados. Porquê?

Nunca ninguém referiu, que foi este pároco que desbloqueou a situação do Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, que esteve anos e anos fechado ao culto por divergências entre a comunidade e o clero. Ninguém falou de todo o trabalho desenvolvido nas diversas paróquias quer a nível de preservação de capelas e imóveis pertencentes à Igreja, quer da catequese e dos jovens, dos coros.

O Padre André Filipe merece todo o nosso respeito. Pecou, e é homem para assumir e ser julgado pelo pecado cometido, mas a ele e à família deve-se respeito.

Ficamos com a sensação que houve uma clara perseguição, e a tempestade foi perfeita para poder calar, quem muitas das vezes, tem uma opinião formada e contrária à de quem quer mandar.

Entendemos, que as feridas só ficarão sanadas após um comunicado público por parte do Bispo da diocese de Viana do Castelo, D. João Lavrador, a pedir desculpa ao Padre André, por não esclarecer o comunicado e dizer que apenas se refere ao direito canónico. Mesmo assim, duvidamos da certeza de que se pode sanar tal dano.

Recentemente, ouvimos e lemos nos diversos meios de comunicação o Sr. Cardeal Patriarca a dizer que não é suspenso ninguém sem o processo assim o determinar. Porque é que o Sr. Bispo de Viana não seguiu as mesmas orientações?

Tal pedido de desculpas deve contemplar a família do Padre André que não merece ver o nome todos os dias falado na comunicação social, criando juízos de valor.

Lamentamos, ainda, que o Sr. Bispo seja o primeiro bispo da história da igreja a acusar diretamente um pároco de pedofilia.

Por tudo isto, e caso o Sr. Bispo não se retrate de toda esta situação, só nos resta concluir que não tem condições para continuar a guiar como Bom Pastor os destinos da diocese de Viana do Castelo.

Para melhor se esclarecer, esta tomada de posição é feita em concordância com as seis paróquias onde o padre André exercia o seu ministério: São João Baptista de Portela, São Miguel de Sago, São João Baptista de Longos Vales, Nossa Senhora das Neves da Bela; Divino Salvador de Cambeses e Santa Maria de Abedim.

Queira o Sr. Bispo, bem como a Cúria Diocesana, esclarecer as dúvidas aqui explanadas, sobretudo no que respeita à exposição pública do caso, dos nomes dos envolvidos e das próprias paróquias e paroquianos. Aceitamos e defendemos a “Tolerância Zero” nestas matérias, mas jamais aceitaremos, na nossa condição cristã, a forma como o fez, como expôs o Padre André Filipe e a sua família, que merecem o direito ao bom nome e ao anonimato próprio das diligências processuais. Onde está a Justiça? Onde está o Perdão? Onde está a Retratação e a Reparação? Aguardamos, Sr. D. João.

Respeitosos cumprimentos,

Monção, 4 de abril de 2023

Esta Carta Aberta foi, até à data da sua publicação, subscrita por mais de 500 pessoas, encontrando-se ainda em circulação e disponível para ser assinada.